

BOCA NO TROMBONE

✉ contato@junjiabe.com

... JUNJI ABE



Somos todos brasileiros

No Brasil de tanta diversidade e de invejável pluralidade de ideias, apregoar a existência de uma suposta luta do bem contra o mal é uma violência. A propagação da guerra de torcidas traz apenas dissabores aos contendores. Exceto por trôpegos (e insensatos) ganhos políticos, não há razão para estimular o antagonismo entre pobres e ricos, entre patrões e empregados, entre torcedores de times diferentes, entre negros e brancos, entre índios e produtores rurais, entre gente com opiniões divergentes.

Não são raras as notícias de assassinatos de produtores rurais por índios e vice-versa. A briga é por terras? Sim e não. O potente motor dos confrontos tem sido a difusão do concei-

to equivocado de que um é inimigo natural do outro. Assim, as partes não se entendem. Sequer, se permitem conversar. Sem diálogo, não há entendimento. Precisamos acabar com inverdades e contos da carochinha sobre a questão indígena. O setor agrícola não é um feudo comandado por coronéis interessados em sacrificar indígenas. Mas sim, é o resultado do suor de gente tão brasileira como os índios. A comunidade indígena, por sua vez, não pode ser largada nas terras, como se não fizesse parte do País, sem acesso à saúde, educação, segurança, enfim.

Enquanto os confrontos crescem, o governo é ineficaz na missão de conter os rompantes de ambos os lados. É sabido e provado que muitas organizações

empresariais de inúmeros países financiam entidades representativas dos indígenas para fomentar a animosidade com os produtores. Afinal, prejudicando o agronegócio brasileiro,



Objetivo é promover amplos debates no País, com representatividade de indígenas”.

tais corporações ficam livres do seu principal concorrente no mercado internacional.

Falo da questão indígena porque hoje, das 14 às 22 horas, estarei mediando a conferência paulista, no Auditório Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa de São Paulo, para discutir a PEC (Proposta de Emenda

à Constituição) 215/2000, que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcar áreas indígenas. Sou o 3º vice-presidente da comissão especial encarregada de analisar a matéria.

O objetivo é promover amplos debates no País, com representatividade de indígenas – pública, privada e religiosa – e de produtores rurais, para colher subsídios necessários à emissão de parecer. Tenho plena convicção de que o diálogo conduz à conciliação. Basta que as comunidades se disponham a participar e que o governo não atrapalhe. Em que pesem nossas diferenças, somos todos brasileiros.

Junji Abe

É deputado federal pelo PSD-SP